



4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

MINISTÉRIO DO
**TRABALHO
E EMPREGO**



RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, SP
Maio de 2025

Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária de São Paulo

I. Local Escola Nacional Paulo Freire

II. Data 25 e 26 de abril de 2025

III. Introdução

CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS	CONFERÊNCIAS REGIONAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Araraquara • Assis • Carapicuíba • Diadema • Mogi das Cruzes • Osasco • Ourinhos • Rio Claro • São Carlos • São Paulo (capital) 	<p>Grande ABCDMRR - (Santo André – São Bernardo – Mauá - Ribeirão Pires – Rio Grande da Serra)</p> <p>Baixada Santista - (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe)</p> <p>CIMBAJU - (Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha, Francisco Morato, Mairiporã)</p> <p>Hortolândia - Macrorregião de Campinas - (Campinas – Artur Nogueira – Hortolândia)</p> <p>Vale do Paraíba - (Pindamonhangaba - Tremembé - Lagoinha - Jacareí - São José dos Campos - Taubaté)</p> <p>Vale do Ribeira - (Registro - Sete Barras - Juquitiba - Miracatu - Pariquera - Eldorado - Cananeia - Iguape - Jacupiranga - Barra do Turvo -Cajati - Iporanga)</p>

A IV Conferência de Economia Popular e Solidária do Estado de São Paulo foi convocada pela Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, a partir da Portaria MTE/SRTE/SP Nº 1.003, DE 21 DE JUNHO DE 2024. A mesma portaria que convocou a Conferência instituiu a sua comissão organizadora, composta por 23 pessoas, que representaram Fóruns Municipais/regionais de economia solidária, gestões públicas municipais e entidades de representação e/ou fomento com atuação no estado de São Paulo.

A IV Conferência de Economia Popular e Solidária do Estado de São Paulo é o resultado de um processo que se iniciou em 2024, quando entre os meses de julho e setembro foram realizadas 16 Conferências territoriais/municipais no estado de São Paulo. Destas 16 Conferências, 10 tiveram abrangência municipal e 6 abrangências territorial, envolvendo no total 50 municípios do Estado.

Das 16 Conferências municipais/regionais, 7 foram convocadas pela gestão pública municipal (prefeitura ou conselho) e 9 pela SRTE/SP. Nas conferências municipais/regionais participaram mais de 1086 pessoas. Deste total de participantes, 47% são representantes de empreendimentos econômicos solidários, 25% gestoras(es) públicas, 19% representantes de entidades de apoio e fomento a economia solidária e 9% de outras categorias, tais como parlamentares, assessores parlamentares, pesquisadores(as), representantes de movimentos sociais, entre outros.

Importante destacar ainda que entre as pessoas que participaram das Conferências municipais/regionais, aproximadamente 66% delas eram mulheres e 34% homens. Quando olhamos apenas para as(os) representantes de empreendimentos econômicos solidários, esta proporção de mulheres é ainda maior, sendo 73% de mulheres e 27% de homens.

Foi deste intenso processo de mobilização que nos dias 25 e 26 de abril de 2025 foi realizada a *IV Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária*, na cidade de São Paulo, na Escola Nacional Paulo Freire.

Contando com a presença de 154 conferencistas, entre delegados municipais e regionais, suplentes, convidados, observadores e autoridades, a Conferência teve como um dos seus principais objetivos selecionar propostas do estado de São Paulo para a construção do Plano Estadual de Economia solidária e para o II Plano Nacional de Economia solidária, que será discutido e deliberado na *IV Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária*.

Neste sentido, durante a IV Conferência estadual de Economia Popular e Solidária, foram também eleitos 76 delegados(as) para representar o Estado de São Paulo na IV Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, que será realizada em Brasília, entre os dias 13 e 16 de agosto de 2025 e que tem como tema "*Economia Popular e Solidária como política pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação*".

Os delegados eleitos durante a Conferência estão divididos em três categorias, sendo 47,2% delegados(as) representantes de empreendimentos econômicos solidários, 31,9% representantes de entidades de apoio e fomento e 20,9% agentes públicos.

IV. Programação da Conferência

Dia 1 - Sexta-feira - 25/04

Cerimonialista: Andresa Xavier (Comissão Organizadora - FESBS)

11:00 - 15:30 - Credenciamento

14:00 às 16:00 – Abertura

14:00 - 14:30 Apresentação de vídeo de abertura + apresentação Cultural - **Mulher na roda é show**

14:30 -16:00 Mesa de abertura.

Mediação: Fábio Sanchez (Comissão Organizadora - Instituto Paul Singer)

- Relatoria: Julia Lourenção (Fórum Municipal São Paulo) e Ercindo (Campinas)
- Fernando Zamban - Diretor de Parceria e Fomento e Secretário Substituto Nacional de Economia Solidária
- Mariana Giroto - Rede de Gestores
- Janiléia - Silva Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES)
- Dep. Simão Pedro - Frente Parlamentar de Economia Solidária
- Ivone Maria da Silva (vice- presidenta CUT SP e Presidenta do Instituto Lula)- CUT

16:00 - 17:30 - Análise de Conjuntura da Economia Solidária no Brasil e no Estado de São Paulo.

- Mediação: Margarida Maria Lázaro (Comissão organizadora - FOMESP)
- Relatoria: Ercindo (Fórum Campinas) e Thais (Fórum Vale do Ribeira)
- Egeu Esteves - Instituto Paul Singer
- Renato Dagnino - Unicamp -
- Arildo Mota – Unisol
- Fernando Zamban - Diretor de Parceria e Fomento e Secretário Substituto Nacional de Economia Solidária

17:30 - 18:00 - Leitura e aprovação do Regimento da Conferência - Comissão organizadora - Adolfo Homa e Carlos Augusto (Fórum ABC)

- Vídeo do jingle ecosol

18:00 - 22:00 - Confraternização

Dia 2 - Sábado 26/04

Cerimonialista: Andresa Xavier

8:00 - 10:00 - Credenciamento

8:00 - 9:00 - Café

09:00 - 9:30h - Abertura e apresentação da metodologia dos grupos de trabalho - Comissão organizadora - Calvin (Fórum Mogi)

09:30 - 12:00 - Grupos de Trabalho para discutir as propostas (5 prioritárias sendo 3 para a Nacional):

GT 1. Realidade socioambiental, cultural, política e econômica – mediação: Fabio Sanchez, relatoria: Calvin

GT 2. Produção, Comercialização e Consumo – mediação: Julia Lourenção, relatoria: Bárbara (São Carlos)

GT 3. Financiamento: crédito e finanças solidárias – mediação: Wiliam Retamiro, relatoria: Julia Leite

GT 4. Educação, formação e assessoramento técnico - mediação Egeu, relatoria xxxx

GT 5. Ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas - mediação :Mariana Giroto, relatoria: Vivian (Araraquara)

12:00 - 14:00 - Almoço

14:00 - 18:00 - Plenária Final:

- Votação de propostas (14:00 às 16:00) - mediação: comissão organizadora - Alex Capuano e Vera Machado
- Eleição de delegados (16:00 às 17:00) - mediação: comissão organizadora - Alex Capuano, Vera Machado e Ercindo
- Moções (17:00 às 18:00) - mediação: comissão organizadora - Andresa Nunes

18:00 - Encerramento com mística - comissão organizadora - Andresa

V. Público Participante

Municípios Mobilizados	50
Gênero Masculino	41%
Gênero Feminino	59%
Pessoas idosas	24,8%
Pessoas jovens	6,8%
Pessoas com deficiência	1%
Pessoas Negras	30%
Pessoas Pardas	30%
Pessoas Indígenas	1%
Pessoas Quilombolas	1%

VI. Comissão Organizadora

- a) Mariana Baptista Giroto – Prefeitura de Diadema e Rede de Gestores de Economia Solidária
- b) Fábio José Bechara Sanchez – Instituto Paul Singer/ODE-UFSCar
- c) Julia Pedote Lourenção – Fórum Municipal de Economia Solidária de São Paulo
- d) Barbara El Khalil – Fórum Municipal de São Carlos
- e) Wiliam Retamiro – Pesquisador/Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR
- f) Adolfo Homma – Entidade Catadores/FOPES
- g) Vera Suzart Barbosa – Prefeitura de Mogi das Cruzes
- h) Andresa Vieira Xavier Nunes – Prefeitura de Peruíbe/Rede Gestores/Fórum Baixada e FOPES
- i) Arildo Mota Lopes – Unisol Brasil
- j) Almir dos Santos Alves – ADS-CUT
- k) Alex Borges Barcellos – Co-vereador/Fórum municipal SP e FOPES
- l) Carlos Augusto Alves dos Santos – Fórum Municipal do ABC
- m) Júlia Batista de Souza Tenório – Fórum Municipal do ABC
- n) João Sérgio da Silva – Instituto Redes
- o) Julia Leite Cassa – Agente de Economia Solidária da SENAES
- p) Yolanda Rodríguez – Prefeitura de Artur Nogueira- EES/FOPES
- q) Juanita Trigo Nasser – Fórum Baixa/FOPES
- r) David Rodrigues – Mogi das Cruzes/Rede Cooperativas Solidárias do Alto Tietê/FOPES
- s) Vera Lúcia Ubaldino Machado – São Paulo/Fórum municipal SP/FOPES
- t) Camila Capacle Paiva – Prefeitura de Araraquara/Rede de Gestores
- u) Caio Yamazaki Saravalle – Prefeitura de São Carlos/Rede de Gestores/FOPES
- v) Leonardo Campos – Prefeitura de Mauá/Rede de Gestores
- w) Calvin Batista Campos – Prefeitura de Mogi das Cruzes/Rede de Gestores

VII. Mesa de abertura

Participantes da mesa: *Fábio Sanchez (Comissão organizadora), Mariana Giroto (Rede de gestores), Fernando Zamban (SENAES), Ivone Silva (CUT), Cassia (Assessora Dep. Suplicy), Janiléia Silva (Fórum Paulista de Economia Solidária).*

Relatoria: Julia Lorenção

A 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária de São Paulo teve início com a mesa de abertura, conduzida por Fábio José Bechara Sanchez, que saudou e apresentou as delegações.

Fábio Sanchez retomou o histórico das Conferências de Economia Solidária, lembrando que a 4ª CONAES, convocada pelo Conselho Nacional e pela SENAES, ocorre após 19 anos da primeira edição. Fábio Sanchez destacou ainda o esforço das comissões organizadoras municipais/regionais e da estadual para a realização das Conferências e o apoio de diferentes entidades para sua realização, uma vez que não se contou com recurso público federal ou estadual para a atividade. As entidades que apoiaram mais diretamente a Conferência foram: diferentes sindicatos ligados a CUT, mediados pela Secretária de economia solidária da Central Única dos Trabalhadores; o Observatório das Desigualdades, Conflitos e Democracia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Conselho Regional de Economia de São Paulo (CORECON). Nos municípios, o apoio de organizações da Economia Solidária e de governos alinhados ao movimento foi fundamental para a realização das

etapas municipais/regionais. No total, foram sistematizadas mais de 500 propostas provenientes das 16 conferências locais, debatidas para compor o Plano Estadual e o II Plano Nacional de Economia Solidária. Estas conferências mobilizaram mais de 1100 pessoas em mais de 50 municípios. Fábio finalizou destacando a relevância da conferência no contexto atual e a necessidade de fortalecermos as nossas ações coletivas.

Ivone abordou temas como a atuação da CUT em apoio à economia solidária, com ênfase na defesa de pautas como isenção de IR para rendas até R\$5.000, redução da jornada de trabalho e defesa da democracia. Destacou a importância da pauta da economia solidária para a Central Única dos Trabalhadores. Saudou ainda os participantes da Conferência.

Mariana Giroto destacou a importância deste momento, após anos de desafios enfrentados pela classe trabalhadora, como a pandemia e o golpe institucional. Ela ressaltou a diferença entre municípios com políticas públicas de apoio à Economia Solidária e os que não as possuem, mencionando casos exitosos. Também anunciou que a Rede de Gestores lançará um curso piloto para capacitar 40 gestores públicos a implementarem políticas de Economia Solidária, como o pagamento de benefícios por meio de moedas sociais.

Cássia, assessora do deputado Eduardo Suplicy, destacou a recusa do governo estadual a pautas progressistas, como a regulamentação da Lei Estadual de Economia Solidária, e o compromisso permanente do deputado com a Economia Solidária e a luta dos trabalhadores.

Janiléia Silva, do FOMESP e representante de EES, saudou os participantes, destacou a importância da Conferência e ressaltou a importância da economia solidária ligada à sustentabilidade ambiental e ao trabalho em rede, com inclusão produtiva.

Fernando Zamban, da SENAES, descreveu a conferência como uma "festa da democracia", elogiando a mobilização da base para garantir a continuidade do movimento, e reforçando a importância de termos governos democráticos que proponham espaços de participação popular. Ele também mencionou a necessidade de atualizar políticas públicas e fortalecer a articulação interministerial.

Simão Pedro parabenizou os organizadores e lembrou que a Economia Solidária acontece apesar dos desafios enfrentados, seja na construção da conferência ou na batalha para garantir recursos para a construção de residências em modelo de autogestão. Ele também fez referência ao legado do Papa Francisco, que alerta sobre a crise planetária causada pelo capitalismo e a necessidade de uma economia alternativa.

Fábio Sanchez finalizou a mesa lembrando os nomes de Paul Singer e Paulo Freire como grandes referências para o movimento.

VIII. Síntese da Análise de Conjuntura

Participantes da mesa: Margarida (Mediação - FOMESP), Egeu Esteves (UAES), Arildo Mota Lopes (UNISOL - Brasil), Renato Dagnino (UNICAMP), Fernando Zamban (SENAES)

Relatoria: Thais Mascarenhas

A mesa de análise de conjuntura apresentou uma reflexão sobre a atual situação da Economia Solidária no Estado de São Paulo, com contribuições de diferentes setores.

Egeu Esteves iniciou destacando o contexto atual da economia e os números que indicam uma melhora superficial na renda, com aumento de 9,3% na renda e o crescimento do PIB, mas questionou se esses números se traduzem em melhorias reais na vida das pessoas. Ele apontou a persistência da desigualdade e a concentração de renda, exemplificada pelo índice de Gini, que não apresenta avanço significativo. Egeu também observou que os principais públicos da Economia Solidária não são os desempregados, mas sim aqueles fora da força de trabalho, como jovens, mulheres e idosos, que realizam trabalho invisível ou informal. Enfatizou que a precarização do trabalho e o crescimento do MEI e dos aplicativos como Uber são entraves à Economia Solidária, pois eles promovem uma lógica individualista e precarizada do trabalho. Por outro lado, ele destacou as potências da Economia Solidária como alternativa ao desalento e à precarização, mencionando a resistência através de coletivos de serviços e o movimento de emancipação feminina, como os coletivos de agricultoras que se associam a grupos urbanos de consumidores. No entanto, apontou diversos entraves, como o preconceito cultural contra trabalhadores organizados, a falta de apoio político consistente, questões jurídicas e a escassez de profissionais qualificados para lidar com essa realidade. Egeu também mencionou a autocrítica dentro do movimento, que muitas vezes resiste a experimentar novos formatos de organização. Exemplos como a cooperativa Giro Sustentável (primeira de cicloentregadores) e a Rede Livres Coop mostram que a Economia Solidária está acontecendo de forma diversa e inovadora, mas ainda enfrenta desafios para consolidar essa nova lógica.

Arildo Mota compartilhou sua experiência com a economia solidária, destacando a resistência das pessoas em se manterem em cooperativas por longos períodos, devido ao desejo de segurança financeira imediata. A cooperativa Uniforja, por exemplo, nasceu por necessidade, e a questão do pagamento pontual se tornou um dos maiores desafios. Arildo Mota também alertou sobre os impactos negativos da pejetização e das Big techs, que afetam a Economia Solidária ao enfraquecer as relações associativas. Ele questionou como a Economia Solidária pode competir com grandes empresas, como as plataformas digitais, e sugeriu que o Estado deveria apoiar mais iniciativas solidárias.

Renato Dagnino iniciou situando a economia solidária como projeto de transformação social. Segundo ele, se não for da economia solidária, não é de outro lugar que vai sair a alavanca para o projeto de esquerda. Trouxe a reflexão de que a economia solidária ainda é pouco aceita e apoiada por nossos dirigentes políticos e por parte da esquerda. Dagnino fez uma retomada histórico-político da economia solidária nas últimas décadas e destacou que o Estado, embora tenha recursos significativos, não está investindo adequadamente na Economia Solidária. Destaca que as empresas não solidárias (capitalistas) recebem 1000 vezes mais apoio que a economia solidária tem. Defendeu que 0,5% do PIB seja direcionado a economia solidária, principalmente através das compras públicas e tentou

mostrar o impacto que isto teria. Criticou o tamanho atual do orçamento para a economia solidária e o uso de emendas parlamentares para compor orçamento de políticas públicas. Por fim, propôs que a Economia Solidária deveria se articular melhor para influenciar as compras públicas e outros investimentos governamentais.

Fernando Zamban destacou que a Economia Solidária não é alternativa ao desemprego ou um “puxadinho do capitalismo”, mas sim um outro projeto de desenvolvimento, uma proposta de organização social mais ampla. Destaca que a Utopia da economia solidária não pode ser perdida. Ele alertou contra a tentação de uma política assistencialista e defendeu a necessidade de um movimento que vá além do assistencialismo, focando em mudar a lógica produtiva e criando alternativas sustentáveis para a sociedade como um todo. Lembra que a economia se diversificou e complexificou nos últimos tempos e precisamos contemplar toda esta diversidade e complexidade. Lembra também que o mundo do trabalho tem mudado muito e precisamos estar atentos a estas mudanças e mostrar que as pessoas podem também se organizar em torno da economia solidária. Zamban também enfatizou a importância de disputar o dinheiro público, principalmente considerando o grande apoio que o Estado dá às grandes empresas, e defendeu a ideia de que o Estado deve adquirir produtos e serviços da Economia Solidária. Contudo, lembra que só isso não basta e que é preciso criar formas de apoio para que a economia solidária possa fornecer o que o estado precisa. Por fim, lembrando dos principais gargalos da economia solidária, destaca a necessidade de se ter pessoas nos territórios que ajudem na articulação e apoio aos empreendimentos. Este é papel que está sendo pensado aos agentes.

As perguntas de participantes como Vitória, Wilson e Alan abordaram questões como a dificuldade e pouco orçamento de algumas políticas públicas (como o PAA), a necessidade de mais recursos para a Economia Solidária, o papel da tecnologia e a competição com grandes empresas.

Arildo e Egeu discutiram sobre a necessidade de pressionar o Estado, destacando que a Economia Solidária precisa se organizar de maneira estratégica e continuar lutando por políticas públicas que garantam sua sustentabilidade e crescimento.

A mesa de análise refletiu as dificuldades estruturais e políticas da Economia Solidária no estado de São Paulo e no Brasil, mas também apontou caminhos para fortalecer o movimento, como a maior articulação com o Estado e a criação de uma cultura solidária que se expanda além do assistencialismo.

X. Síntese dos Grupos Temáticos

Plenária Temática 1 - Realidade socioambiental, cultural, política e econômica

Mediador: Fabio Sanchez

Relator: Calvin Campos

Síntese da discussão	Propostas
<p>Fábio Sanchez iniciou a discussão contextualizando a sistematização realizadas das propostas para o Estado de São Paulo e para a União que vieram das conferências municipais/territoriais, explicitado que se trata de um eixo conjuntural, cujas propostas são transversais à sociedade e às demais políticas públicas.</p> <p>Foi feito uma rodada de apresentações dos participantes da plenária.</p> <p>Sugestão de metodologia: leitura conjunta de todas as propostas e discussão das prioridades.</p> <p>Foi pontuado que a política de agroecologia é pouco efetivada na prática. É necessário garantir que catadores de recicláveis sejam reconhecidos como agentes ambientais. A agroecologia aparece muito pouco nas propostas. Não existe atualmente proposta a nível nacional que trate sobre saúde mental. Discute-se que os EES sejam reconhecidos como espaço de inclusão (jovens, pcds, idosos e saúde mental). É necessário transformar os EES em espaços oficiais para inclusão social - relacionar com a Política Nacional que reconhece os EES e ainda carece de regulamentação.</p>	Propostas Estaduais
	<p>1) Políticas públicas que priorizem catadores de resíduos sólidos, cooperativas de reciclagem e que considerem como serviço socioambiental</p>
	<p>2) Criação e desenvolvimento de políticas de promoção da agroecologia, agroflorestais, desenvolvimento sustentável e sementes.</p>
	<p>3) Políticas públicas que valorizem o território e a organização de comunidades tradicionais (Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhas, Extrativistas Etc.)</p>
	<p>4) Promover políticas de equidade de gênero que fortaleçam a Economia Feminista e Solidária</p>
	<p>5) Fortalecer programas de apoio à Saúde Mental e Populações Específicas (Jovens, Idosos, Egressos Sistema Prisional, crianças e adolescentes em medidas socioeducativas, pessoas em situação de rua, Pcds e outros).</p>
	Propostas Nacionais
<p>1) Fomentar as cooperativas de catadoras(es), oferecendo formação e capacitação aos cooperados, investimento em infraestrutura para a realização dos trabalhos, reconhecimento dos catadores enquanto agentes ambientais, além de criar um Programa Nacional de Logística Reversa que aumente a proibição e fiscalização sobre o uso de embalagens que não são recicláveis e incentive a parceria com as cooperativas.</p>	
<p>2) A proposta é que a economia solidária seja reconhecida na agenda de desenvolvimento sustentável, e nas políticas federais de meio ambiente e incentivando práticas de</p>	

<p>Os participantes argumentaram sobre a necessidade de aprofundar os espaços de economia solidária. Focar mais nas políticas de cuidado (proposta de equidade de gênero). É necessário ainda editar a redação do PAA para incluir o PAA Indígena. Existem mais de 150 assentamentos de produtores rurais no interior de SP que estão sem assistência técnica. A assistência da ENATER precisa ser reforçada sob os princípios da economia solidária. Existem diversos desafios sendo enfrentados na ausência de cuidados de saúde mental, ausência de alimentação saudável e a renda básica poderia ser uma maneira de garantir cuidados mínimos. Destaca também o contexto de crise climática. Incluir Centros de Referência, que são diferentes dos centros públicos de economia solidária.</p>	<p>produção sustentável nos EES. Fortalecer a transição e produção agroecológica, estímulo às agroflorestas, através de assistência técnica e pesquisas direcionadas, fomentando redes de economia solidária entre agricultores familiares e agroecológicos, com o beneficiamento e comercialização dos produtos locais. Criar uma política destinada à guarda, conservação e reprodução de sementes florestais, crioulas e orgânicas. Estimular a cadeia produtiva de restauração ambiental e sociobiodiversidade.</p> <p>3) Desenvolver políticas que fomentem e fortaleçam as experiências de economias solidária dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais, principalmente criando centros de Referência em Ecosol dos Povos e Comunidades Tradicionais, criando políticas públicas de apoio ao Turismo de Base Comunitária destes povos e apoiando financeiramente as práticas seculares de economia solidária desenvolvidas pelos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais.</p> <p>4) Desenvolver estratégias, programas e ações que promovam a equidade de gênero e combate ao racismo, por meio da implementação de políticas públicas que garantam renda mínima e condições dignas de trabalho para fortalecer os empreendimentos de economia solidária, feministas e dissidentes de gênero. Incluir a obrigatoriedade de formação sobre temas relacionados ao trabalho de cuidados e à interseccionalidade nos editais e convênios da SENAES, incentivando a criação de protocolos para prevenção e cuidado em casos de violência de gênero e uma redivisão sexual do trabalho. Criar protocolos de combate à violência de gênero nos espaços de economia solidária. Trabalhar de forma integrada com programas de acesso à moradia e à terra, fortalecendo o acesso das mulheres e integrantes dos empreendimentos econômicos solidários. Criar protocolos burocráticos mais claros e objetivos para a visibilidade das mulheres e dissidentes de gênero engajadas em economia solidária como trabalhadoras reconhecidas pelo Estado e viabilizar acesso ao direito para aposentadoria para mulheres engajadas na economia solidária.</p> <p>5) Criar política pública federal que articule a economia solidária com as políticas de saúde mental e com populações</p>
--	--

	<p>específicas (conforme definido pelo SUS), PCD's e também atentando para ações junto às pessoas idosas e jovens. Entre as políticas destacamos a criação e implantação do Programa "Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultura", implantação de observatório de potencialidades, com garantia dos técnicos de referência psicossocial, após inserção das famílias em acompanhamento social; a promoção da reforma psiquiátrica, incentivando e apoiando os serviços de saúde mental de economia solidária e criar programas de inclusão na Economia Solidária, focados em jovens, pessoas com deficiência e idosos.</p>
<p>Plenária Temática 2 - Produção, Comercialização e Consumo Mediadora: Julia Pedote Lourenção Relatora: Bárbara El Khalil</p>	
<p>Síntese da discussão</p>	<p>Propostas</p>
<p>As discussões do eixo dois se iniciaram com os participantes comentando a dificuldade de garantir locais públicos para a comercialização no município. Nesse sentido, a sugestão foi que o governo federal ampare o diálogo com os municípios, a partir de leis específicas. Como exemplo, citaram a criação de uma lei federal que crie pontos fixos e feiras nos municípios. Os presentes também discutiram sobre a necessidade de criação de editais mais desburocratizados, para garantir o acesso dos empreendimentos, além da criação de uma carteira nacional do Empreendedor da Economia Solidária. Também se discutiu a importância de incluir a saúde mental, os catadores e a sustentabilidade na</p>	<p style="text-align: center;">Propostas Estaduais</p> <p>1) Incentivar a comercialização através da: criação de espaços de comercialização coletivos; implementação de pontos fixos de venda; criação de centros de escoamento de alimentos; implantação de feiras regionais organizadas com financiamento público; criação de uma Feira Estadual de Economia Solidária, que promova trocas entre as regiões e seja apoiada pelo poder público; desenvolvimento de plataformas públicas regionais de compra e venda de produtos e serviços de EES; implantação de políticas de "sacolão popular" com produtos da Economia Solidária, distribuídos em redes voltadas para populações vulneráveis; fomento a um fundo estadual de abastecimento alimentar.</p> <p>2) Criação e implementação de políticas públicas para os EES, envolvendo: compras públicas para produtos e serviços da Economia Solidária com valor superior ao mercado tradicional (sugestão de no mínimo 30%); regulamentar a aquisição de pelo menos 50% de alimentos da produção local e orgânica em programas de compras públicas (a exemplo do PNAE); criação de leis estaduais de fomento à EcoSol, com</p>

<p>Economia Solidária. As propostas foram lidas e organizadas em eixos: comercialização, legislação, fomento, marketing e consumo consciente e programas.</p>	<p>orçamento específico para apoiar produção comercialização e consumo consciente; regulamentação da Lei Estadual 14.651/2011, assegurando o apoio, inclusive às artesãs e artesãos; criação de leis de isenção fiscal para aquisição de insumos e compra de produtos.</p>
	<p>3) Criação de programas de fortalecimento do processo produtivo dos EES, incluindo a isenção de impostos para compra de insumos e a criação de leis orçamentárias para ações do plano de fomento à produção.</p>
	<p>4) Promover a Economia Solidária através de estratégias de comunicação, marketing e criação de plataformas digitais, organizadas pelo Estado, visando a criação e fomento de EES, como novas cooperativas. Incentivo à criação de Grupos de Consumo Responsável, através da realização de campanhas de conscientização sobre o consumo solidário, orientando o consumidor enquanto agente da cadeia de produção na Economia Solidária.</p>
	<p>5) Estimular a criação de editais desburocratizados destinados à Economia Solidária, com o compromisso do governo estadual de capacitar os EES para acessá-los.</p>
	<p>Propostas Nacionais</p>
	<p>1) Fortalecer a comercialização de produtos da Economia Solidária, através de financiamento por editais públicos desburocratizados, visando a criação de pontos fixos de comercialização; implementação de feiras locais, regionais e nacionais.</p>
	<p>2) Garantir o escoamento das cadeias produtivas da Economia Solidária por meio da: criação de programa de compras públicas de EES, que atinjam ao menos 0,5% do PIB, garantindo a aquisição por valor superior ao mercado convencional (sugestão de 30%); isenção de impostos na circulação de produtos e serviços da Economia Solidária.</p>
<p>3) Criação de programas de fortalecimento do processo</p>	

	<p>produtivo dos EES, financiados por editais desburocratizados, que visem criar e fortalecer redes, implementando cadeias produtivas complexas.</p> <p>4) Promover a Economia Solidária através de estratégias de comunicação, marketing e criação de plataformas digitais, organizadas pelo Estado, visando a criação e fomento de EES, como novas cooperativas. Incentivo à criação de Grupos de Consumo Responsável, através da realização de campanhas de conscientização sobre o consumo solidário, orientando o consumidor enquanto agente da cadeia de produção na Economia Solidária.</p> <p>5) Instituir um Programa Nacional de Incentivo à Produção, Comercialização, Formação de Redes, Consumo de Produtos e Serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), garantindo acesso contínuo a financiamentos e recursos por meio de editais públicos desburocratizados e exigindo de estados e municípios a aplicação de recursos federais destinados à Economia Solidária.</p>
<p>Plenária Temática 3 - Financiamento: crédito e finanças solidárias <i>Mediador: William Retamiro</i> <i>Relator: Marcos "Panda"</i></p>	
<p>Síntese da discussão</p>	<p>Propostas</p>
<p>William Retamiro começou o GT contextualizando a questão das finanças solidárias e destacando os princípios, valores e objetivos. Também destacou as diferentes iniciativas e atores que fazem parte deste campo. Principal ponto: a democratização do acesso à riqueza por meio das finanças. Foi destacada a necessidade de sabermos quais projetos por parte do governo federal estão em curso, ou em vias de, para que tenhamos um ponto de partida para a discussão de propostas. Também destacaram a questão da</p>	<p>Propostas Estaduais</p> <p>1. Criar políticas públicas de incentivo às finanças solidárias, garantindo verba estadual para os programas voltados à economia solidária e que garanta o sustento das cadeias produtivas de economia solidária.</p> <p>2. Criar linhas de financiamento para EES urbanos e rurais, cooperativas, associações e grupos formais ou informais que sejam efetivos e abarque a realidade destes EES, facilitando o crédito, pautando a desburocratização, com juros equivalentes a 10% da taxa Selic e não superior a 2% ao mês para promover o desenvolvimento territorial.</p> <p>3. Criar lei estadual de sistema econômico como forma de atingir todos os municípios, integrador de moedas sociais</p>

Caixa Econômica Federal, interesse em conhecer melhor qual a situação atual desta entidade, que aparentemente está sendo sucateada.

Lembraram que as políticas públicas de ecosol também têm sido constantemente desmontadas. Não só a economia solidária, mas todos os movimentos sociais vêm sendo fragilizados. Segundo William, um Sistema Nacional de Finanças Solidárias está muito provavelmente em vias de aprovação, esta proposta poderia incentivar bancos municipais, e neste caso é importante saber quem estaria gerindo estes bancos... poderiam ser criados da base dos territórios ou seriam criados por intermédio de políticos locais. Foi mencionada a necessidade de que os bancos comunitários são contrapontos ao capital, estão inseridos num contexto de luta de classes. Lembraram do Banco Palmas, no Ceará, como uma das principais referências nesta área.

Após essa discussão inicial foram lidas todas as propostas que vieram das conferências municipais/regionais. Primeiro as propostas estaduais e depois as nacionais.

Em relação às propostas para o estado: as primeiras discussões foram no sentido de propor união de diferentes propostas. Houve também um debate sobre a retirada de propostas que incluem Banco do Povo e outras entidades que não sejam iniciativas de economia

regionais, incluindo valores de taxas e impostos. A fim de promover editais estaduais de fomento para desenvolvimento da economia solidária e apoio financeiro para a compra de insumos e equipamentos destinados aos EES.

Propostas Nacionais

1. Criar uma Lei para fomento e financiamento da economia solidária para edital publicado anualmente a fim de fomentar e financiar a economia solidária (nos moldes da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura), de forma desburocratizada, priorizando os instrumentos de finanças solidárias a fim de potencializar a sua ação territorial.

2. Garantir o orçamento nacional para efetivação de políticas públicas e sistema de financiamento de crédito para EES, Entidade de Apoio e Fomento (EAF) e Gestores Municipais e Estaduais.

3. Promover o pagamento de políticas de transferência de renda em moeda social por meio de bancos comunitários, sendo que na ausência destes serão utilizados bancos municipais devidamente monitorados pela rede brasileira de bancos comunitários, até que seja criado banco comunitário no território.

4. Criar o Fundo Nacional de Economia Solidária e fomentar o Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

5. Promover meios de financiamento, como editais e linhas de crédito, voltados à compra e melhoria de estruturas, insumos e equipamentos via BNDES e Bancos Públicos especificamente para EES registrados no CADSOL, nos moldes do PRONAF por meio da equalização da taxa de juros.

<p>solidária. Duas propostas mencionam o Banco do Povo. Focar em Bancos Comunitários e outras iniciativas no campo da economia solidária. Das dez propostas que vieram, duas estão indicadas em outros eixos de discussão, decidiu-se por não acolhê-las. Então o empenho inicial foi o de “enxugar” as propostas, retirar e agrupar. Também foi discutida a proposta do “vale feira”, e optou-se por retirá-la pelo fato de estar muito associada ao tema da comercialização e também da dificuldade de implementar esta proposta de forma mais ampla, sendo provavelmente melhor acolhida em nível local. Por outro lado, este tipo de iniciativa, semelhante ao vale alimentação, poderia fortalecer empreendimentos de economia solidária, tanto quanto a prática das finanças, por servir como um tipo de moeda social. Por fim, esta proposta foi descartada por votação. Foi destacada a questão da amplitude das propostas no âmbito das finanças solidárias.</p>	
<p>Plenária Temática 4 - Educação, formação e assessoramento técnico <i>Mediador: Egeu Esteves</i> <i>Relator/a: xxxxxxxxxxxx</i></p>	
<p>Síntese da discussão</p>	<p>Propostas</p>
	<p style="text-align: center; background-color: green; color: white; margin-bottom: 5px;">Propostas Estaduais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Que o Estado de SP implante uma política de Economia Solidária, garantindo financiamento para processos de educação, formação e assessoramento técnico, rural e urbano. 2. Criação de uma Coordenadoria de economia popular e solidária dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

	<p>para fomentar a formação. Criação de cursos técnicos e tecnólogos sobre economia solidária pelas FATEC E ETEC.</p>
	<p>3. Garantir que o processo educacional relacionado à Economia solidária contemple os conhecimentos ancestrais, dos Povos Tradicionais (indígena e quilombola) no currículo escolar</p>
	<p>4. Demandar e estabelecer parcerias com Instituições de ensino superior públicas no estado de São Paulo (particularmente universidades estaduais e instituições federais) visando promover estudos e pesquisas, ensino e extensão junto às experiências de economia solidária.</p>
	<p>5. Destinar uma porcentagem da arrecadação do ICMS para o fomento da formação e assessoria de empreendimentos populares e solidários</p>
<p>Propostas Nacionais</p>	
	<p>1. O Governo Federal, através da SENAES, deve incidir com conteúdos de economia solidária sobre a Base Nacional Comum Curricular (educação básica) e sobre as Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos superiores (nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão), com prioridade para os cursos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.</p>
	<p>2. O Governo Federal, através da SENAES, deve fomentar a formação permanente, qualificação e requalificação para Empreendimentos de Economia Solidária, levando em consideração suas demandas e deliberações através de suas instâncias (Redes, Fóruns e o movimento social de economia solidária), nas áreas de produção, comercialização, consumo, autogestão, sustentabilidade e mudanças climáticas.</p>
	<p>3. O Governo Federal, através da SENAES, deve fomentar parcerias e convênios para o assessoramento técnico, por meio de investimento, manutenção e ampliação de programas de Extensão de Incubadoras Tecnológicas de Ecosol, vinculadas às universidades e Institutos Federais (PRONINC e PROEXT), incubadoras públicas e Entidades de Assessoria, Apoio e Fomento, que atuem no assessoramento de empreendimentos solidários, incluindo recursos financeiros</p>

	<p>para apoio aos EES incubados.</p> <p>4. O Governo Federal, através da SENAES, deve lançar e fortalecer editais de apoio e fomento, de modo a instituir Núcleos de Economia Solidária, Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária e Centros de Formação em Economia Solidária, em universidades e institutos federais, com recursos para cursos técnicos e superiores, bolsas, pesquisas e extensão na área, de modo a garantir ações educativas em todos os níveis (nacional, estadual e municipal).</p> <p>5. O Governo Federal, através da SENAES, deve desenvolver uma plataforma unificada e interativa de subsídios para a Economia Solidária, incluindo materiais de divulgação, de sensibilização, cursos, eventos e oficinas, materiais de referência, materiais de apoio à formação etc. com o viés da comunicação social e popular.</p>
<p>Plenária Temática 5 - Ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas <i>Mediadora: Mariana Giroto</i> <i>Relatora: Vivian Pacheco</i></p>	
<p>Síntese da discussão</p>	<p>Propostas</p>
<p>A aprovação da Lei Paul Singer foi um avanço, porém a percepção geral é de que a legislação aprovada ainda é insuficiente e distante do projeto original de 2010. A falta de foco no debate sobre a lei preocupa, pois há o risco real de que muitos dos seus dispositivos fiquem apenas no papel. Um dos pontos mais críticos levantados é a ausência de um Fundo Nacional de Economia Solidária, considerado essencial para o fortalecimento das iniciativas. Outro eixo fundamental, apontado como prioridade zero, é a criação de</p>	<p>Propostas Estaduais</p> <p>1) Regular a Lei Estadual nº 14.651/2011 e implementar o Sistema Estadual de Economia Solidária contemplando Diagnóstico, Governança, Conselho Estadual, Fundo Estadual com possibilidade de repasse fundo a fundo para os municípios e de fomento direto aos EES, Plano Estadual, Centros Públicos e Programa de Formação, de forma a instituir uma política estadual transversal que fomente a criação de quadros técnicos efetivos via concurso público e que favoreça a formalização dos EES, com impostos reduzidos e emissão de nota fiscal facilitada.</p>

<p>um marco legal para compras públicas, uma vez que os empreendimentos econômicos solidários (EES) enfrentam enormes dificuldades para acessar licitações e disputar espaços com empresas capitalistas, o que inviabiliza a sua sustentabilidade econômica. A possibilidade de capacitar costureiras para a produção de uniformes escolares e políticas semelhantes ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), demonstram o potencial da ES se houvesse políticas públicas estruturadas.</p> <p>Há divergências sobre como avançar nesse campo: enquanto alguns defendem a criação de um marco legal específico, alguns propõem atuar nas brechas da legislação vigente, como demonstrado em experiências como o programa Contrata+Brasil, apontando que esperar uma nova legislação poderia levar anos. No entanto, há consenso de que a regulamentação e o acompanhamento permanentes da aplicação da Lei Paul Singer são urgentes, sob risco de retrocesso.</p> <p>Luciano alerta para os limites da formalização dos EES como MEIs para acesso a compras públicas, prática que fere o princípio do trabalho associado e alimenta a pejetização e precarização. Em sua visão, propostas como a de consórcios de MEIs foram pensadas como alternativa, mas não</p>	<p>2) Estruturação de arranjos locais solidários, cadeias produtivas e cadeias de valores, com a criação de espaços regionais permanentes, feiras e eventos e acesso a equipamentos públicos estaduais para comercialização de produtos da economia solidária, aproveitando a estrutura já existente das Casas da Agricultura, tornando-as “Casas da Agricultura da Economia Solidária”.</p> <p>3) Estabelecer recursos orçamentários específicos para a Economia Solidária, bem como convênios e o repasse de recursos financeiros para os municípios que tenham Marco Regulatório e Fundo de Economia Solidária.</p> <p>4) Criação e implementação de uma estrutura de apoio e assessoramento técnico aos EES, incluindo Centros Públicos de Referência, Incubadoras Públicas de Empreendimentos Populares e Solidários e demais Entidades de Apoio e Fomento estaduais.</p> <p>5) Criação de um Cadastro Estadual de Empreendimentos Econômicos Populares e Solidários, bem como um selo (certificado) e banco de dados estadual da economia solidária, possibilitando o credenciamento de EES formais e informais para chamamentos públicos.</p> <p style="text-align: center;">Propostas Nacionais</p> <p>1) Estabelecer legislação federal com figura jurídica específica para os Empreendimentos Econômicos Populares e Solidários que propicie a sua formalização e a facilitação da emissão de notas fiscais, com tributação reduzida e simplificada (própria ou simples nacional), a partir da perspectiva de empreendimentos de pequeno, médio e grande porte, garantidas na regulamentação e implementação da Lei Paul Singer.</p> <p>2) Criar políticas públicas para acesso à recursos e reconhecimento público sensíveis e adequados às realidades dos empreendimentos da agricultura familiar, aos coletivos informais e aos EES formados por populações historicamente marginalizadas, em especial mulheres, pessoas pretas, povos tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos) e populações LGBTQIAPN+.</p>
---	---

<p>resolvem o cerne da questão. A crítica ao atual governo do estado de São Paulo é forte, visto como antagônico à Economia Solidária, ignorando o tema completamente, apesar de o governador ser um nome forte para a disputa presidencial de 2026.</p> <p>Newton reforça que a redução da carga tributária das cooperativas populares é fundamental para que a formalização avance. Defende também o aprimoramento da legislação de cooperativas sociais, incluindo as voltadas à saúde mental, egressos do sistema prisional e catadores.</p> <p>Arildo destaca que a própria Lei Estadual de Economia Solidária de São Paulo existe, mas não foi regulamentada, o que também é visto como uma responsabilidade dos movimentos, que precisam pressionar o governo. Ele critica a forma como a Lei de Cooperativas de Trabalho tem sido utilizada contra os princípios da ES, com cooperativas sendo processadas por cooperados que exigem direitos trabalhistas típicos da CLT, como insalubridade.</p> <p>Margarida chama atenção para o fato de que a Economia Solidária propõe outro projeto de sociedade, mas que a conjuntura política atual não favorece o seu avanço. Ela ressalta a necessidade de unidade, organização da base, fortalecimento dos fóruns e consciência política para que se</p>	<p>3) Fortalecimento das políticas públicas de economia solidária, criando o fundo nacional de economia solidária, o sistema nacional de economia solidária, prevendo a cooperação entre entes federativos (municípios, estados e governo federal) e efetivando o Plano Nacional de Economia Solidária.</p> <p>4) Fortalecer e divulgar o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) e criar um Banco de Dados Nacional de Economia Popular e Solidária, no intuito de fortalecer a política pública, mapear os empreendimentos, desenvolver meios de financiamento e de subsidiar a criação de um Programa Nacional de Comércio Justo e Solidário e de um Selo da Economia Popular e Solidária, com incentivo e publicização por parte do Governo Federal para acesso às compras públicas para os EES.</p> <p>5) Aprimorar a legislação do cooperativismo social ampliando a incorporação de empreendimentos econômicos solidários.</p>
---	---

consiga incidir nos espaços de decisão e aprovar leis favoráveis ao setor. Nesse sentido, a CONAES é vista como uma oportunidade estratégica. Rosana reforça a importância de **estratégia e institucionalização de políticas públicas**, para garantir a continuidade das iniciativas mesmo com mudanças de gestão, como mostram experiências resistentes no Vale do Ribeira.

Vitória destaca que as cooperativas enfrentam **obstáculos jurídicos, carga tributária elevada, dificuldade com a contabilidade e falta de compreensão sobre a lógica do “não lucro”**. Defende que os fóruns têm papel central na formação política e na articulação dos movimentos. Para ela, o foco não deve ser eleger parlamentares, mas sim fortalecer o movimento social para pressionar o Estado com propostas concretas. Ercindo finaliza com o apelo por uma **política de Estado para a Economia Solidária**, pois atualmente, nas gestões municipais, a pauta depende muito da boa vontade dos gestores. Ele propõe a **retomada da articulação dos fóruns regionais** e a criação de uma instância estadual da **Rede de Gestores de Políticas Públicas de ES**.

XI. Plenária Final

Mesa: Vera Machado e Alex Capuano

Relatoria: Marco Antônio “Panda”.

Primeiro momento – eleição de delegados(as)

A plenária final teve início com a deliberação e votação dos(as) delegados(as) que representarão o estado de São Paulo na IV Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária. Mediada por Vera Ubaldino e Alex Capuano, o momento foi prosseguido por uma votação de aprovação dos delegados e delegadas. Em seguida, os mediadores fizeram a leitura das propostas e submeteram à votação por blocos, de acordo com cada GT.

Segundo Momento – Apresentação, discussão e votação das propostas construídas pelas plenárias temáticas.

GT 1 - Realidade socioambiental, cultural, política e socioeconômica.

Foram cinco propostas estaduais aprovadas por unanimidade. Houve apenas uma alteração no termo da quarta proposta, incluindo “economia feminista solidaria”, e cinco propostas nacionais. Houve um destaque: mudar redação em relação ao tema das populações atendidas, para que seja de acordo com as demandas de cada território. Não houve proposta contrária ao destaque. O bloco foi aprovado por unanimidade.

GT 2 - Produção, comercialização e Consumo.

Leitura de cinco propostas estaduais e nacionais, sem destaques. O bloco todo foi aprovado por unanimidade.

GT 3 - Financiamento, crédito e finanças solidárias.

Foram três propostas estaduais, não houve destaque. Quanto às nacionais, foram cinco propostas. Houve 5 destaques: foi mencionado que a Lei Paul Singer já existe, uma estadual e uma nacional. Foi esclarecido que a ideia seria a de criar uma nova lei com estas características, mas teria que ser com o outro nome. Optou-se por deixar a proposta de criação de uma lei sem nome definido. O segundo destaque foi em relação a proposta da taxa Selic, sendo o juros proposto, de 2% ao mês, sendo alto. O moderador do grupo disse que, embora este juros de até 2% pode ser alto, mas que para a manutenção de um banco comunitário essa taxa pode ser insuficiente. No caso de promoção de crédito por meio do BNDES, essa taxa deveria ser menor. O terceiro destaque foi sobre a sigla de EAF, houve um engano, mas esclareceu que significa Entidade de Apoio e Fomento. O quarto destaque sugeriu

colocar no lugar da taxa de juros de 2%, indicar que para a Economia Solidária deveria ser equalizada a taxa de juros com recursos do tesouro, nos moldes do que é feito no PRONAF. O quinto destaque mencionou a situação do PRONAF. A proposta final resolveu retirar, da quinta proposta, a parte “não superior a 2% ao mês”. e indicar equalização da taxa de juros para a economia solidária. Por fim foi aprovada com apenas uma abstenção.

GT 4 - Educação, formação e assessoramento técnico.

5 propostas estaduais. Não houve destaque.

5 propostas nacionais. Houve 3 destaques: foi questionada a palavra “deve”, se não soaria muito impositivo. O segundo destaque foi o uso “através da SENAES”, mas falar do governo federal, como por exemplo, o CNPq, não atrelando a criação destas políticas diretamente e restritivamente com a SENAES. Houve fala no sentido contrário, de manter a SENAES como forma de fortalecê-la. Foi colocada a questão do orçamento da SENAES, que é muito pequeno. Outro ponto foi o de retirar, na proposta 4, o termo “ecosol” depois de IFS. Mais um destaque foi o de pautar a importância de colocar o termo movimento, pois a economia solidária precisa se consolidar como movimento com urgência. Foi mantido a SENAES, e as demais alterações sugeridas foram incorporadas. Por fim, todo o bloco foi aprovado por unanimidade.

GT 5 - Ambiente institucional

5 propostas estaduais. Houve dois destaques: incluir a questão da logística na proposta 2, que seria a de incluir melhoria de estradas, por exemplo. O outro sugeriu alteração em relação aos objetivos das Casas de Agricultura, foi sugerida alteração no texto, e ela foi acatada pelo Plenário.

5 propostas nacionais. Houve um destaque em relação a primeira proposta, pois criar uma figura jurídica diferenciada culminaria em se afastar do debate sobre as mudanças na legislação do cooperativismo e abdicar da disputa do fundo publico para este setor. A intenção não foi a de provocar alteração no texto, mas sim chamar atenção para este ponto. É importante levar esta questão para Brasília.

As propostas foram aprovadas com uma abstenção somente.

Todo o plano foi aprovado por unanimidade.

Terceiro Momento - Leitura e aprovação das moções.

- Elicio, da etnia Guarani, faz a leitura da moção contra o marco temporal para demarcação de terras indígenas e de apoio ao povo indígena que se negam a negociação das terras. Após a leitura da moção, a mesma foi aprovada por unanimidade.

- Rosana, do Coletivo de mulheres, realiza a leitura da moção de indignação pela falta de paridade de gênero na mesa que discutiu conjuntura (mesa 2). A moção é aprovada por unanimidade pela plenária.
- Vitória, do coletivo Livres, faz a leitura da moção de repúdio ao processo de cassação do mandato do deputado Glauber Braga. A moção foi aprovada por unanimidade.
- Margarida, do coletivo Marcha das Mulheres, faz a leitura da moção de repúdio contra a anistia dos golpistas de 8 de janeiro. A moção foi aprovada por unanimidade.
- Mulheres do coletivo Atemdo fazem leitura da moção de repúdio contra a violência policial a ambulantes. A moção foi aprovada por unanimidade.
- Companheiro do coletivo Livres faz a leitura da moção de recomendação à implementação da Renda Básica de Cidadania. A moção foi aprovada por unanimidade.

A conferência foi encerrada às 18h40 após celebração da equipe de bolsistas do programa Paul Singer e da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Economia Solidária.



4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO



XII. Delegados(as) eleitos				
Delegados(as) Titulares				
<i>Nome Completo</i>	<i>Segmento</i>	<i>CPF</i>	<i>Email</i>	<i>Telefone</i>
<i>RITA DE CASSIA ARRUDA FAJARDO</i>	<i>EAF</i>	<i>11469688840</i>	<i>ritacaf@gmail.com</i>	<i>16997130072</i>
<i>MIRELLA CAETANO DE SOUZA</i>	<i>EAF</i>	<i>21649047886</i>	<i>mirella.souza89@gmail.com</i>	<i>12981858102</i>
<i>MARIA APARECIDA SCHIBATA</i>	<i>EAF</i>	<i>04336382870</i>	<i>maria.schibataa@gmail.com</i>	
<i>ROSANA APARECIDA ROCHA</i>	<i>EAF</i>	<i>13381497847</i>	<i>rosanalotus@gmail.com</i>	<i>13981868312</i>
<i>ALEX CAPUANO ANDRADE</i>	<i>EAF</i>	<i>13685149873</i>	<i>alex@cut.org.br</i>	<i>11981819484</i>
<i>JULIA LEITE CASSA</i>	<i>EAF</i>		<i>juliacassa2@gmail.com</i>	<i>19988314224</i>
<i>DAYANE RODRIGUES CALÇADO</i>	<i>EAF</i>		<i>dayane@circus.org.br</i>	<i>18981393160</i>
<i>MARIA APARECIDA LOPES</i>	<i>EAF</i>	<i>900826728-49</i>		<i>11967226780</i>
<i>CARLOS EDUARDO MAGNANI RIZZO</i>	<i>EAF</i>		<i>cerizzo@gmail.com</i>	<i>11976903513</i>
<i>DAVID RODRIGUES</i>	<i>EAF</i>	<i>22376327822</i>	<i>rodrigues.sociais@gmail.com</i>	<i>11980666753</i>
<i>RODRIGO ROCCHI</i>	<i>EAF</i>	<i>15703897807</i>	<i>rodrigorocchi@hotmail.com</i>	<i>13997928202</i>
<i>CLAUDIA DE BRITO ARAUJO</i>	<i>EAF</i>	<i>08911008818</i>	<i>claudia.bto@gmail.com</i>	<i>13991913567</i>
<i>NEWTON JOSÉ</i>	<i>EAF</i>	<i>81167415787</i>	<i>rodrigues.newton@gmail.com</i>	<i>13981651360</i>

RODRIGUES DA SILVA			mail.com	
MICHEL CONZ FUKUDA PEREIRA ALVES DOS SANTOS	EAF		michel.fukuda@gma il.com	19989327645
DAMIÃO FRANCISCO DE FIGUEIREDO	EAF		dami.distribui@gmai l.com	11952436402
BEATRIZ SCHWENK	EAF		bia.schwenck@gmai l.com	11966423138
EGEU GOMEZ ESTEVES	EAF		egeu.esteves@gmail .com	11995801975
MARGARIDA MARIA LAZARO SILVERIO	EAF			1194112836
ADOLFO HOMMA	EAF	0857423843	adolfohomma@gma il.com	11994415511
MARIANA BAPTISTA GIROTO	PODER PÚBLICO	28448005805	marianagirot@gma il.com	11992187774
VERA LÚCIA MACHADO UMBELINO	PODER PÚBLICO		verau.machado@gm ail.com	11993887382
VIVIAN ALVES PACHECO	PODER PÚBLICO	07625086984	vivianalvespac.@gm ail.com	16982010471
LUCIANO MINA	PODER PÚBLICO	4611730867		11973886259
JOSE EDUARDO DE ARAÚJO	PODER PÚBLICO			1699051200
VERA SUZART BARBOSA	PODER PÚBLICO	22436490805	verasuzart2015@gm ail.com	11982632419
THAIS BARNÉ C MOURA	PODER PÚBLICO	42536177866	thatabarne@hotmail. com	11982632419
IVONE DE SANTANA	PODER	10761751807	ivdesantana@gmail.	11976641963

	<i>PÚBLICO</i>		<i>com</i>	
<i>MARA BOM</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>	<i>10677882807</i>	<i>marabom13@gmail.com</i>	<i>11998260036</i>
<i>ROBERTO DO ROSÁRIO</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>	<i>06220212819</i>	<i>robertorosariopsi@gmail.com</i>	<i>13991017202</i>
<i>JOÃO FRANCISCO GHELERE BIASIN LIMA DIAS</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>	<i>39937338867</i>	<i>limomococa@gmail.com</i>	<i>16981456072</i>
<i>ANNA C BETINE</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>		<i>anna@circus.org.br</i>	<i>18981204141</i>
<i>CALVIN BATISTA CAMPOS</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>	<i>37235607840</i>	<i>thecalvincampos@gmail.com</i>	<i>11997478168</i>
<i>ANDRESA XAVIER</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>	<i>30993055885</i>	<i>andresanunes07@gmail.com</i>	<i>11998836762</i>
<i>ROSANA ANDRADE LEITE</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>	<i>26881531885</i>	<i>rosaleite@terra.com.br</i>	<i>13981542377</i>
<i>VALÉRIA UCHOA B</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>	<i>8648793858</i>		<i>18981382646</i>
<i>SINDY SALLA SÁ DE SOUZA</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>		<i>sindysouza@gmail.com</i>	<i>19989747514</i>
<i>WESLEY P S MAGY</i>	<i>PODER PÚBLICO</i>		<i>wesleynagy@hortolandia.sp.gov.br</i>	<i>19995403379</i>
<i>AGÁ VILELA</i>	<i>EES</i>	<i>44509229801</i>	<i>vilela.aga@gmail.com</i>	<i>11960628607</i>
<i>MARLENE PEREIRA LIMA</i>	<i>EES</i>	<i>39120694687</i>	<i>pereiralimamarlene8@gmail.com</i>	<i>11960275769</i>
<i>MARCIA PEREIRA GOMES</i>	<i>EES</i>	<i>29945525824</i>	<i>sogramarcia70@gmail.com</i>	<i>11916217767</i>
<i>EMERSON SANTOS</i>	<i>EES</i>	<i>28091173814</i>	<i>emersonvianna1978</i>	<i>11981983047</i>

VIANA			@gmail.com	
JOSEFA JULIA CORREIA	EES	33916757806		11950539750
MISLENE DONADON DOS SANTOS	EES	30776734873	mislene_donadon@hotmail.com	19998347292
CANDIDA MARIA DOS SANTOS	EES	27922181831	candida9santos@gmail.com	16997822252
JULIANA APARECIDA BORGES BARBOSA	EES	26691599829	rjvnrsf@gmail.com	16994257226
LUÍSA ANTÔNIA BRUNELLI	EES	59231688804	luisa_brunelli@hotmail.com	16991878966
MARCO AURÉLIO MAIA BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO	EES	33678583822	mambofilhopanda@gmail.com	16991145835
ARTHUR VICTOR DO CARMO	EES	36574560829	arthur.victor_@hotmail.com	11913357093
JURACI MARIA DA SILVA	EES	23543981404	jura.ambrosia@gmail.com	11962928552
DAMIÃO FRANCISCO DE FIGUEIREDO	EES	05608633814	dami.distribui@gmail.com	11952436402
JULIA PEDOTE LOURENÇÃO	EES	43036077898	julia.pedote@gmail.com	11991023534
MARIA MÔNICA MOREIRA DOS SANTOS	EES	62849220515	acosmor18@gmail.com	11940116267
ANDRESSA CRISTINE DE OLIVEIRA SANTOS	EES	44285999862		11930082406
MORALINDA MATHIAS	EES	6126268814	mora_mathias@hotmail.com	11974061431
VIVIANE CONCEIÇÃO DE SOUZA	EES	31565584864	vivi.77.souza@gmail.com	11940154597



4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

MINISTÉRIO DO
**TRABALHO
E EMPREGO**



EMILEINE DE FREITAS	<i>EES</i>	18289400896	<i>emilene.pires6454@gmail.com</i>	11958616593
SANDRA DA SILVA ALMEIDA	<i>EES</i>	34576062859	<i>sandrasilva1709@hotmail.com</i>	19998240808
YOLANDA RODRIGUEZ	<i>EES</i>	21518109845	<i>yolandarodriguez5591@gmail.com</i>	019997351910
ERCINDO MARIANO JUNIOR	<i>EES</i>	25020527858	<i>juniorsaudecampinas@gmail.com</i>	19993834376
VITÓRIA FELIPE DOS SANTOS	<i>EES</i>	46622033846	<i>vitoriafelipe025@gmail.com</i>	13988221229
VITOR BARONI	<i>EES</i>	34209431800	<i>vitobaroni@proton.me</i>	13981748723
JONAS RIBEIRO DOS SANTOS	<i>EES</i>	48655772895	<i>kamicai1999@gmail.com</i>	13988467660
IMACULADA DA CONCEIÇÃO GOMES FAVINI	<i>EES</i>	03230523806	<i>macufavini@gmail.com</i>	13997576926
GLADYS MARQUES DE FARIAS ALFREDO	<i>EES</i>	06615132893	<i>gladys.alfredo@hotmail.com</i>	11941276037
FRANCISCA ELIENE DA SILVA	<i>EES</i>	16231218848	<i>fran_eliene@hotmail.com</i>	13991067663
ISABEL CRISTINA ANTUNES	<i>EES</i>	15905496862	<i>isabelantunes.vr.cultural@gmail.com</i>	41992670631
THAIS SILVA MASCARENHAS	<i>EES</i>	29547788817	<i>thaismas@gmail.com</i>	11981215188
AUREALICE RIBEIRO DE ARRUDA	<i>EES</i>	3096637838		15998406665
JOSÉ MATIAS RAMOS	<i>EES</i>	2349947890	<i>josematiasramos1964@gmail.com</i>	11999380893

COMISSÃO ESTADUAL DA 4ª CONFERÊNCIA DE ECONOMIA POPULAR E
SOLIDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ELÍCIO PERALTA	EES	42962147801	eliciovera2015@gmail.com	13996001572
JOSÉ IRENE DOS SANTOS	EES	13287753134	cheirodosmato@gmail.com	13997816671
MARCELO DE JESUS FUKUNAGA ROSA	EES	31569647860	celo_7b@hotmail.com	13997041819
TEREZINHA PINHEIRO PEDROSA ROMÃO	EES	06443131886	teteromao@msn.com	11973135763
JANILÉIA ALVES DOS SANTOS SILVA	EES	03706546418	janyav1@hotmail.com	11987017030
EDILEUZA MARIA DA SILVA GUIMARÃES	EES	30852431864	edileuza.guimaraes1981@gmail.com	11993631751
Suplentes Prioritários				
CARLOS AUGUSTO ALVES DOS SANTOS	EAF	05070403842	carlinhos13.augusto@gmail.com	11998990012
CLASSIUS FERREIRA DA SILVA	EAF		cfsilva@unifesp.br	
CARLOS ALBERTO CORDEIRO DA SILVA	EAF		cordeirobancario@gmail.com	11974124330
ALMIR DOS SANTOS ALVES	EAF	5574287854	rochalves@uol.com.br	11984930083
CARLOS CAMELO	EAF	14924909890	carloscaramelo@hotmail.com	11974430614
WILLIAN RETAMIRO	EAF			12996474456
FABIO JOSÉ BECHARA SANCHEZ	EAF	18245449873	sanchez.fabio@uol.com.br	11981113430
CAIO SARVALLE	PODER PÚBLICO	22897653841	caio.sarava@gmail.com	16988373489

CAMILA CAPACLE PAIVA	PODER PÚBLICO	31319259812	camila.capacle@gmail.com	16997033620
GEORGE WINNIK	PODER PÚBLICO		georgewinnik@yahoo.com.br	11982860169
IRAÍDE MOREIRA	EES	86908197972		41996057756
ADRIANO NÓBREGA	EES	9786744802	adrianonobrega.rgt@gmail.com	41992670631
GILBERTO OHTA OLIVEIRA	EES			13997495777
EDNEI RODRIGUES LOUBACK	EES	40298502860	edneir134@gmail.com	11942324913
VITOR MENDES	EES			13997123387
MARIA DA PENHA FERREIRA PEDROSA	EES	28683150895	ferreirapedrosapenha@gmail.com	13991578040
SOLANGE GONZALEZ CORDEIRO DOS SANTOS	EES		solangebenta2018@gmail.com	13996041757
EDNA DE SOUZA MACHADO SIMÃO	EES	14511534810	ednamacsimao@gmail.com	11984011046
JAIR CESAR ALVES DE QUEIROZ	EES	12908936836	jair.cesar.queirozeiroz@gmail.com	11954883887
BÁRBARA EL KHALIL	EES	39790893809	barbaraelkhalil@gmail.com	16982032151
HELLEN CAROLINE MALVESTIO	EES	42593701897	hellen.malvestio@gmail.com	16991569994
ANA MARIA DELIA	EES	35006447915	anamdelia@msn.com	11981424539
Suplentes				

XIII. Encerramento

A IV Conferência de Economia Popular e Solidária do Estado de São Paulo se constituiu em um espaço democrático, de participação social e de diálogo entre governo e sociedade civil, buscando tanto garantir e fazer avançar o estado Democrático de Direito como ampliar o direito ao trabalho associado e os direitos de cidadania daqueles e daquelas que vivem e produzem cooperativamente, solidariamente, a partir da autogestão, fortalecendo e fomentando a economia solidária em nosso estado e no País.

A etapa Estadual de São Paulo da 4ª CONAES foi um evento exitoso, destacando-se pela ampla participação democrática e pelo engajamento de Empreendimentos Econômico Solidários, Gestores Públicos, Entidades de Apoio e Fomento e Movimentos Sociais. Durante as atividades, foram eleitos as(os) delegadas(os) para a etapa nacional, além de aprovadas importantes propostas nos cinco eixos temáticos, refletindo o compromisso coletivo com o fortalecimento da Economia Solidária. O evento proporcionou um espaço produtivo de troca de experiências e debates, consolidando-se como um marco na construção do 2º Plano Nacional de Economia Solidária e outras políticas públicas para o setor.

Anexos:

1. *Relação dos/as participantes da etapa estadual;*
2. *Relação e ficha de inscrição dos delegados e das delegadas, titulares e suplentes, eleitos/as para a etapa nacional;*
3. *Registros fotográficos.*
4. *Moções aprovadas*